

FALE COM A GENTE!

Editores Bruno Rios e Marcelo L.

E-mail portomar@atribuna.com

Telefone 2102-7157

PORTO & MAR

Audiência pública debate desestatização da SPA

Evento acontece hoje, a partir das 15 horas, na Associação Comercial de Santos (ACS)

FERNANDA BALBINO

DA REDAÇÃO

A audiência pública que vai discutir o processo de desestatização da Santos Port Authority (SPA), a empresa responsável pela gestão do Porto de Santos, será realizada hoje, na Cidade. Após o pedido de suspensão do evento – que acabou indeferido ontem pela Justiça –, a União se posicionou, alegando que não há irregularidades no processo. Apontou, ainda, que o impacto da intervenção judicial pode causar “frustração na obtenção de receitas” estimadas em R\$ 24 bilhões.

De acordo com a programação anunciada pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Anaq), a audiência será realizada a partir das 15 horas, na Associação Comercial de Santos (ACS). Haverá transmissão via internet.

No início da semana, o Sindicato dos Empregados na Administração Portuária (Sindaport) recorreu à Justiça para impedir a realização da audiência. O principal apontamento foi o de falta de informações sobre o processo e sobre as incertezas relacionadas ao futuro dos trabalhadores da Autoridade Portuária.

Em sua defesa, a União apontou que é “completamente descabida a argumentação da parte autora no sentido de que não está



MATHEUS TAGÉ - 3/4/21

Privatização prevê investimentos e melhorias em acessos aquaviário, terrestre e infraestrutura geral

sendo oportunizado a comunidade portuária opinar sobre o processo de desestatização”. Para isto, citou a realização de consulta e audiência pública.

Também destacou que a suspensão da audiência pública pode “comprometer a imagem do Brasil perante investidores internacionais, refletindo nas melhorias e investimentos que se pretendem captar para o setor portuário”.

Outro ponto apontado pela União foi que a intervenção judicial impediria a realização de investimentos decorrentes do projeto de de-

envolvimento do Porto da ordem de R\$ 18,5 bilhões, sendo R\$ 1,4 bilhão em melhoria de acesso terrestre, acesso aquaviário e infraestrutura geral, além de R\$ 3 bilhões para construção de túnel ligando os municípios de Santos e Guarujá, e outros R\$ 14,16 bilhões em manutenção da infraestrutura portuária.

“A suposta necessidade de suspensão do procedimento de consulta pública contrasta com o próprio argumento da parte autora de que não estaria sendo oportunizado a comunidade portuária se manifes-

tar sobre o processo de desestatização”, destacou a União em sua defesa.

Sobre as preocupações dos trabalhadores com a manutenção dos empregos, o Governo Federal apontou que “a formulação de qualquer política pública tende a desagradar uma parcela minoritária da sociedade civil, quando impacta em interesses privados ou de determinadas categorias profissionais, contrastando, assim, com o interesse público difuso e, no mais das vezes, com o processo de modernização econômica do País”.